



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU
“PALÁCIO ABEL IZAÍAS”
CNPJ 09.116.096/0001-22

Ata da Audiência Pública sobre a “Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026” - Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, em 25 de novembro de 2025.

Ao vigésimo quinto dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 9 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, em sua sede, localizada à Rua 07 de setembro, nº 20, Centro, São José de Mipibu/RN, realizou-se a Audiência Pública sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026 do Município de São José de Mipibu/RN. A sessão foi presidida pela Vereadora Carla Simone Gomes de Lima, Presidente da Comissão de finanças, tributação, orçamento, fiscalização financeira e controle. Não havendo exigência regimental de quórum para audiência pública, sobre a proteção de Deus e em nome do povo de São José de Mipibu, a Presidente da Comissão Carla Simone deu início aos trabalhos. A Presidente da Comissão Carla Simone convidou o vereador Márcio Gustavo de Araújo Freire para fazer a leitura da bíblia (Salmo: 25). A Presidente Carla Simone convidou para compor a mesa: Vereador Márcio Gustavo de Araújo Freire, relator da comissão; Vereador Washington Flávio Cardoso, vice-presidente da comissão; Vereadora Verônica Senra da Silva, Presidente da Câmara e o Sr. Amarildo, contabilista responsável pela contabilidade pública da prefeitura do município e pela elaboração técnica do Projeto de lei nº 065/2025 que “estima receita e fixa a despesa do município de São José de Mipibu para o exercício financeiro de 2026 (LOA)”, de autoria do Poder Executivo Municipal. A Presidente da Comissão Carla Simone registrou a presença dos vereadores: Alberto de Araújo Villar Raposo de Melo Neto, Carla Simone Gomes de Lima, Felipe de Moura Ferreira, Gustavo Roque de Souza Menino, Jean Póggio Nerino, Kericlis Alves Ribeiro, Maria Ducineide Rodrigues da Silva, Marcio Gustavo de Araújo Freire, Rosiane Pereira de Lima Rafael, Verônica Senra da Silva e Washington Flávio Cardoso. A Presidente da Comissão Carla Simone registrou, ainda, as presenças do Conselho Tutelar, da Guarda Civil Municipal e de Antônio, atleta campeão de Bocha. A Presidente da Comissão Carla Simone esclareceu que é de competência da Câmara Municipal legislar sobre as diretrizes orçamentárias, nos termos do art. 21, inciso I, da lei orgânica municipal. Dessa forma, concedeu a palavra ao Sr. Amarildo, contabilista responsável pela contabilidade pública da prefeitura do município e pela elaboração técnica do Projeto de lei nº 065/2025 que “estima receita e fixa a despesa do município de São José de Mipibu para o exercício financeiro de 2026”, de autoria do Poder Executivo Municipal, para fazer a apresentação técnica da LOA deste município. O Sr. Amarildo explanou sobre Orçamento Público; Lei Orçamentária Anual (LOA -2026); Receita Estimada; Demonstrativo da despesa segundo as categorias econômicas; Previsão de investimentos em educação, saúde, assistência social, pessoal e encargos sociais no ano de 2026; Demonstrativo da despesa do Fundeb e a previsão de gastos por unidade orçamentária. Encerrada a explanação do responsável técnico pela elaboração do Projeto de Lei nº 065/2025, a Presidente da Comissão Carla Simone facultou a palavra aos vereadores que desejassem fazer uso da mesma. O vereador Kericlis

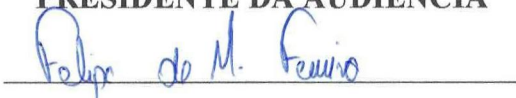
Alves saudou todos os presentes, destacou que as áreas da educação e da saúde concentram a maior parte dos recursos do orçamento municipal e registrou que não identificou previsão orçamentária específica para o laboratório central. Salientou que os cursos profissionalizantes receberam dotação orçamentária muito reduzida, especialmente no âmbito da assistência social. Destacou, ainda, o potencial do município para o turismo religioso, histórico e rural, como casarões e fazendas. Avaliou que, embora o orçamento contemple adequadamente a saúde e a educação, apresenta fragilidade nas demais áreas. Finalizou esclarecendo que não apresentará emendas, mas sugeriu que o orçamento seja mais explícito e robusto para as áreas mencionadas. O Sr. Amarildo respondeu esclarecendo que os limites constitucionais para aplicação de recursos em saúde e educação representam o comprometimento de valores significativos do orçamento municipal. Destacou que essas duas áreas, embora prioritárias, acabam restringindo os investimentos nas demais políticas públicas, especialmente em municípios de pequeno porte, que possuem menor capacidade financeira. Pontuou que, em relação às previsões orçamentárias das demais áreas, o município realiza remanejamentos para cobrir deficiências pontuais e que recursos de áreas não executadas são redirecionados para suprir necessidades prioritárias. Por fim, reconheceu que o fortalecimento de áreas como o turismo depende de políticas públicas municipais e destacou a importância do fomento ao turismo como forma de geração de riqueza e arrecadação por meio de impostos. A Presidente da Comissão Carla Simone facultou a palavra ao público presente. O Sr. Sandro Cunha Borges, Guarda Municipal do município, e a Sra. Rosa Caetano da Costa, Conselheira Tutelar do município, fizeram uso da mesma. Em seguida, a vereadora Verônica Senra aconselhou a Secretaria de Assistência Social a intensificar a divulgação da possibilidade de destinação de parte do Imposto de Renda ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA). Ressaltou que a divulgação dessa ferramenta é insuficiente e que muitos vereadores e contribuintes desconhecem essa possibilidade. Explicou que, mesmo o contribuinte que recebe restituição do Imposto de Renda, pode realizar a destinação ao FIA, sem prejuízo do valor a ser restituído. Reforçou que a principal dificuldade para ampliar a arrecadação do FIA é a falta de informação à população. Destacou que os valores previstos no orçamento podem ser alterados por meio de remanejamento, conforme surgirem novos programas que exijam maior aporte de recursos. Encerrou destacando que a sugestão apresentada visa contribuir com o fortalecimento das ações do FIA. O Sr. Amarildo complementou destacando que alguns fundos ainda não estão cadastrados junto ao Ministério responsável, o que impossibilita o recebimento de doações via destinação do Imposto de Renda. Destacou que o Ministério Público tem acompanhado essa situação e exigido a regularização dos fundos para viabilizar a captação de recursos. Ressaltou que não é simples captar doações, sendo necessário demonstrar políticas públicas efetivas que estimulem empresários e contribuintes a realizarem doações anuais. Enfatizou que, após a captação dos recursos, é indispensável a elaboração de planejamento e de plano de aplicação. A vereadora Verônica Senra informou que, no município de São José, existem atualmente o Fundo do Idoso e o Fundo da Criança e do Adolescente, ambos aptos a receber recursos por meio da destinação do Imposto de Renda. Esclareceu que é possível dividir a destinação entre os dois fundos, contribuindo tanto com o idoso quanto com a criança e o adolescente e todo o processo é regulamentado e realizado de forma legal. A Presidente da Comissão Carla Simone leu o Ofício Circular nº 02/2025 enviado pelo Fórum Municipal de Políticas Públicas (FMPP) com propostas para o orçamento do município de São José de Mipibu em 2026, ressaltou que as pautas apresentadas refletem demandas comuns aos mandatos dos vereadores da Casa Legislativa e destacou a importância da união de esforços entre o Legislativo e o Fórum para fortalecer políticas públicas nas áreas de acessibilidade, agricultura, esporte e demais setores citados. O vereador Kericlis Alves informou que o Fórum Municipal de Políticas Públicas retomou suas atividades após um período de inatividade. Destacou que a participação dos vereadores no Fórum é fundamental, por representarem a voz da população e ressaltou a importância do Fórum como espaço de diálogo e construção coletiva. Observou que, nas grandes cidades, o terceiro setor exerce papel relevante, inclusive com a execução de serviços públicos, como na área da saúde.

Afirmou que o fortalecimento do terceiro setor é uma tendência natural e já vem ocorrendo gradualmente no município e destacou a importância da união entre o terceiro setor e o poder público para fortalecer as ações e ampliar os resultados. A Presidente da Comissão Carla Simone finalizou agradecendo a todos pela participação. Como nada mais havia a tratar, determinou que lavrasse a presente ata para registro da realização da Audiência Pública e declarou encerrada a audiência. Sala das Sessões da Câmara Municipal de São José de Mipibu/RN, 25 de novembro 2025.



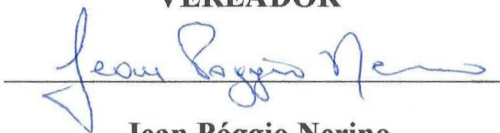
Carla Simone Gomes de Lima

PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA



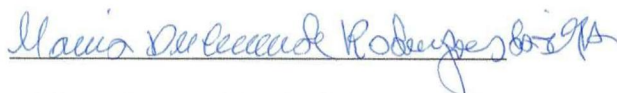
Felipe de Moura Ferreira

VEREADOR



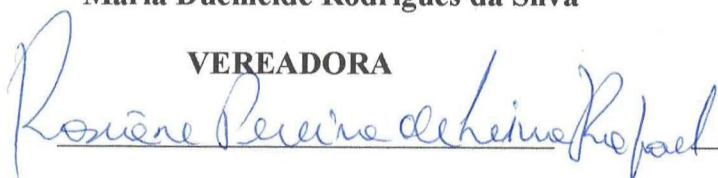
Jean Poggio Nerino

VEREADOR



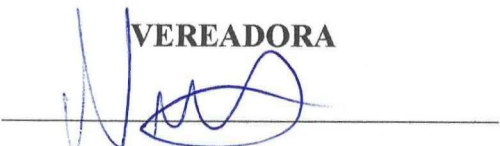
Maria Ducineide Rodrigues da Silva

VEREADORA



Rosiane Pereira de Lima Rafael

VEREADORA



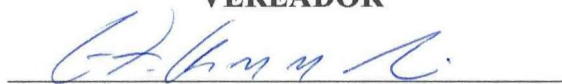
Washington Flávio Cardoso

VEREADOR



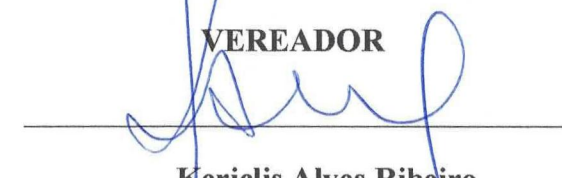
Alberto de Araújo Villar R. de Melo Neto

VEREADOR



Gustavo Roque de Souza Menino

VEREADOR



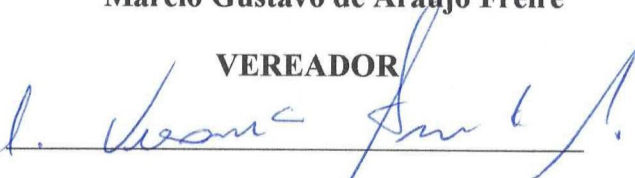
Kericlis Alves Ribeiro

VEREADOR



Márcio Gustavo de Araújo Freire

VEREADOR



Verônica Senra da Silva

PRESIDENTE DA CÂMARA